

A TEORIA CRÍTICA DE ROBERTO SCHWARZ: UMA INTRODUÇÃO

The Critical Theory of Roberto Schwarz: An Introduction

RENATO FRANCO*

rbfrancoforte@hotmail.com

Data de recepção: 1 de maio de 2023

Data de aceitação: 8 de novembro de 2023

RESUMO

O ensaio apresenta uma introdução, em que é situada a formação intelectual de Roberto Schwarz no início da década de 1960, sendo destacada a influência de Theodor Adorno, de Antonio Candido e do grupo de estudos sobre Marx (I); em seguida, são examinadas as principais ideias e aspectos metodológicos elaboradas no chamado Seminário de Marx e posteriormente assumidas por Schwarz, dentre as quais se destacam a) nova concepção dialética sobre o progresso; b) a análise dialética da relação entre o Brasil e o cenário internacional, em que os termos se esclarecem respectivamente; c) a formação do capitalismo no Brasil apresentaria uma singularidade, não repetindo a história dos países desenvolvidos, entre outras ideias (II). Do mesmo modo, é examinada a seguir a concepção de forma literária formulada por Antonio Candido, a qual seria rigorosamente assumida por Schwarz (III, IV). O próximo item (V) analisa parte da produção intelectual de Schwarz, destacando sua análise da obra de Machado de Assis, que é desenvolvida com o intuito de esclarecer a relação entre forma literária e processo social, ao mesmo tempo em que o processo literário brasileiro é entendido em relação ao presente do capitalismo globalmente considerado; nesse movimento, é também configurado criticamente o sentido do golpe civil-militar imposto ao país em 1964. Em seguida (item VI) são analisados vários ensaios de Schwarz a fim de destacar as implicações e alcance de sua concepção do processo literário; finalmente, são destacadas suas análises sobre o processo social e cultural do país, notadamente o período marcado pelo nacional-desenvolvimentismo, que teria sido interrompido bruscamente em 1964; na sequência (VII) é analisado o ensaio “Fim de século”, no qual Schwarz elabora uma interpretação sobre o período inaugurado com o fim do referido nacional-desenvolvimentismo, que seria marcado por uma lógica unificada do movimento do capital no plano global, mas que incidiria nos países de industrialização retardatária de modo a provocar o aparecimento de uma lógica de desagregação social. Por fim, são referidas algumas das obras literárias ou fílmicas que elaboraram criticamente semelhante situação.

* Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista - UNESP Araraquara (Brasil).

Palavras-chave: Roberto Schwarz, Teoria Crítica no Brasil, Pensamento dialético no Brasil, Literatura e Teoria Crítica.

ABSTRACT

The essay presents an introduction, in which the intellectual formation of Roberto Schwarz in the early 1960s is located, highlighting the influence of Theodor Adorno, Antonio Candido and the study group on Marx (I). Then, the main ideas and methodological aspects elaborated in the so called Marx Seminar and later assumed by Schwarz are examined, among which stand out: a) a new dialectical concept on progress; b) a dialectical analysis of the relationship between Brazil and the international scene, in which the terms clarified respectively; c) the formation of capitalism in Brazil would present a singularity, not repeating the history of the developed countries, among other ideas (II). In the same way, the conception of literary form elaborated by Antonio Candido is examined, which would be rigorously assumed by Schwarz (III, IV). Next item (V) analyzes part of the intellectual production of Schwarz, highlighting his analysis of Machado de Assis's work, which is developed to clarify the relationship between the literary form and the social process, while the Brazilian literary process is understood in relation to the present of global capitalism; in this movement is also critically delineated the meaning of the civil military coup imposed to the country in 1964. Then (item VI), several Schwarz's essays are analyzed to highlight the implications and the scope of the literary process. Finally, his analyses of the country's social and cultural process are highlighted, especially in the period marked by national-developmentalism (nacional-desenvolvimentismo), which was abruptly interrupted in 1964. Next (VII), the essay "End of the Century" ("Fim de século") is analyzed, in which Schwarz elaborates an interpretation of the period inaugurated by the end of the aforementioned national-developmentalism, which would be marked by a unified logic of the movement of capital on a global scale, but which would affect the countries with lagging industrialization in such a way as to cause the emergence of a logic of social disintegration. Lastly, some of the literary or film works that have critically elaborated on this situation are mentioned.

Keywords: Roberto Schwarz, Critical Theory in Brazil, Dialectical Thinking in Brazil, Literature and Critical Theory.

I

Em entrevista intitulada "Sobre Adorno" (2012a) Roberto Schwarz narra momentos decisivos de sua formação intelectual no Brasil do início da década de 1960. Dentre estes, destaca a descoberta da *Dialética do Esclarecimento*, não traduzida, comprada em uma das duas livrarias alemãs então existentes na cidade. Embora o

filósofo alemão fosse ainda quase desconhecido no país, os alunos de Ciências Sociais da recém-criada Universidade de São Paulo (1932) – Schwarz incluído – liam a edição original, em língua inglesa, de *A personalidade autoritária*, obra coletiva na qual Adorno teve papel proeminente, já que a obra era adotada na disciplina de metodologia e técnicas de pesquisa com o propósito de se contrapor às concepções estadunidenses então aqui cultivadas. A leitura e as aulas o estimularam a continuar a buscar os livros do filósofo, que o impactaram de modo decisivo, caso de *Notas de literatura* e sobretudo *Filosofia da nova música*, obras com as quais teria aprendido novo modo de considerar a forma estética ou literária, por um lado, e – dada a densidade da argumentação e da análise adorniana – o desestimulado a continuar a ler a obra estética de Georg Lukács, por outro: “um ano antes eu havia começado a ler a crítica literária de Lukács, e a comparação com Adorno naturalmente punha em evidência o sacrifício intelectual cobrado pelo estalinismo” (Schwarz, 2012a: 48). Destaca ainda como as condições da vida social brasileira da época, informada pela dinâmica do projeto nacional-desenvolvimentista originário da década anterior, teriam favorecido espetacularmente a recepção “da melhor reflexão dialética da Alemanha” filtrada “pelas condições intelectuais impostas pelo anticomunismo nos Estados Unidos” de modo a casar com “as aspirações teóricas e políticas suscitadas pelo desenvolvimentismo brasileiro” (Schwarz, 2012a: 47). Ou seja, a recepção das obras de Adorno e dos demais frankfurtianos no país não teria sido fortuita ou sem motivo.

Simultaneamente à leitura das obras do filósofo, Schwarz – ainda segundo seu depoimento – também teria participado de tendência intelectual inovadora, cuja ambição era a de superar o hábito intelectual provinciano de explicar as deficiências ou problemas agudos do Brasil levando em conta apenas o passado colonial, como se este fosse o único responsável tanto por seus desajustes ou debilidades quanto por seu “atraso” ou diferença em relação aos países então considerados desenvolvidos ou industrializados: tendência que resultaria da busca de maior rigor teórico por parte da nascente Universidade de São Paulo; também de um movimento de renovação dos modos de interpretar o país, cujo impulso provinha da década de 1930 com o aparecimento de algumas obras seminais sobre o país dedicadas a elaborar aguda visão sobre os diferentes aspectos da formação nacional – caso de *Casa Grande & Senzala* (1933) de Gilberto Freire e sobretudo de *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda e de *Formação do Brasil contemporâneo* (1942) de Caio Prado Junior – que, por sua vez, também estimulou na década

seguinte a elaboração de ambicioso projeto intelectual por parte de Antonio Candido. Decisivo nesse contexto foi ainda a formação, por destacado grupo de pesquisadores ou professores uspianos, de um grupo de estudos conhecido como o “Seminário de Marx”¹, do qual Schwarz participou ativamente – ao mesmo tempo em que se tornou também discípulo de Antonio Candido. Sua formação ocorreu assim em dupla via: no campo cultural e literário – por influência de Candido – e no campo da teoria social por força dos estudos levados a cabo no seminário de Marx. Embora distintos, esses campos mantinham estreitas relações, as quais Schwarz desenvolveu de modo original em sua obra posterior. Conforme sugerido acima, sua apropriação dessas concepções seria enriquecida com a incorporação do prisma analítico e metodológico fornecido pela obra dos frankfurtianos, notadamente a de Adorno e a de Walter Benjamin.

II

A criação do seminário em 1958 – composto por professores e estudantes da Universidade de São Paulo² – destinado a estudar as obras de Marx e inspirado no grupo francês “Socialismo ou barbárie” criado por Claude Lefort trazia para o país a preocupação com o destino do marxismo, então afetado em todos os lugares por acentuada crise de legitimidade decorrente dos rumos tomados pelo marxismo soviético. No plano interno, ele se coadunava tanto com a referida busca de rigor teórico e crítico por parte da Universidade de São Paulo quanto com a concomitante especialização da leitura e grande valorização do saber científico então aqui verificadas (Schwarz 1999b: 91-2) – fato capaz de sugerir ao crítico a observação de que “a hora dos universitários havia chegado” (a derradeira badalada brasileira dessa hora teria soado em 2018?). O seminário teve, grosso modo, dois objetivos principais: a) revitalizar a própria noção de dialética – contestando, para tanto, os ensinamentos predominantes sobre tal sorte de pensar, então estimulados ou dirigidos pelo Partido Comunista e b) buscar alternativas e soluções para a superação do

¹ Sobre esse assunto Cf. Schwarz (1999b) e Franco & Carvalho (2021), em que é analisado o itinerário intelectual do referido seminário e destacado suas principais conclusões, em especial as assumidas no trabalho posterior de Schwarz.

² Os participantes do seminário foram: Fernando Henrique Cardoso, Ruth Cardoso, José Arthur Giannotti, Octávio Ianni, Francisco Weffort, Paul Singer, Fernando Novaes, Gabriel Bollaffi, Roberto Schwarz, Michel Löwy, Bento Prado...

caráter subdesenvolvido do país e, conseqüentemente, dos impasses ou obstáculos à implantação da industrialização.

Segundo Schwarz (1999b) as principais inovações teóricas produzidas coletivamente no decorrer dos estudos no âmbito do seminário – em resumo – foram: a) nova visão sobre o significado da escravidão no país, segundo a qual esta não seria uma anomalia da época colonial, que urgia ser superada por suposta incompatibilidade com o capitalismo, mas algo inerente à hora histórica, ou seja, algo moderno e compatível com a expansão do capitalismo: dela o Brasil se valia a fim de garantir a inserção no cenário internacional, ao mesmo tempo em que o capitalismo dela necessitava a fim de intensificar o processo de acumulação e expansão do capital – fato capaz de mostrar nem ser o Brasil tão atrasado, nem o capitalismo tão avançado – ou, como diria o crítico em questão: a barbárie não é invenção nacional, mas uma componente do presente do capitalismo globalmente considerado; b) nova visão dialética sobre o processo histórico, não mais encarado como linear e constituído por etapas sucessivas rumo a constante progresso – como preconizava a dialética tradicional –, mas configurado por avanços e recuos combinados – muitas vezes inesperados, de modo a propiciar em várias ocasiões a possibilidade de a classe dominante poder agir de maneira inventiva ou manhosa; visão que acarretaria ainda o despontar de nova concepção acerca da dialética do progresso no país; c) segundo esta ótica dialética, não haveria – como se pensava até então no campo da dialética institucional – a superação ou supressão linear das idiosincrasias ou deficiências originárias do Brasil colônia; em contrapartida, ocorreria a reprodução ou reposição de tais iniquidades ou deficiências no processo social, o qual avançaria por meio de recuos e, para usar expressão do autor, do “atraso e do inaceitável”; d) dessa concepção decorreria um preceito metodológico de longo alcance:

“Convém realçar que nessa perspectiva as taras e os problemas sociológicos da sociedade brasileira não devem ser considerados meramente como resquícios do período colonial, mas sobretudo como relacionados à atualidade da dinâmica econômica local referida à dinâmica do capitalismo global – resultados funcionais ou disfuncionais do movimento da atualidade econômica” (Schwarz, 1999b: 95).

Talvez esta tenha sido a ideia mais importante forjada no âmbito do seminário – conforme atesta o autor (1999b) – por permitir inclusive a constituição de regra metodológica de grosso calibre, a qual o crítico obedecerá de forma rigorosa em toda sua trajetória intelectual – regra que, ao invés de isolar, como recomendava a

análise tradicional, recomenda sempre “juntar o que a realidade teima em separar” (1999b: 93); e) outra ideia importante resultante do trabalho coletivo do grupo assimilada por Schwarz – tese também importante para o avanço dos estudos sobre a sociedade brasileira ou mesmo latino-americana, como seria o caso da Teoria da Dependência, que conheceu grande vigor na época – é a de que o capitalismo não se realizaria nem se desenvolveria de modo análogo em todos os países ou regiões, negando assim frontalmente a tese de que os subdesenvolvidos percorreriam as mesmas vias trilhadas pelos países desenvolvidos ou industrializados: conseqüentemente, tratava-se assim de configurar a forma histórica de desenvolvimento capitalista em país periférico e ex-colônia, revelando sua singularidade – conjugada, porém, com o movimento do capitalismo mundial; f) Concepção que, por sua vez, acarretou a percepção da existência de certo desajuste no emprego das categorias ou conceitos estrangeiros, inclusive os marxistas, nos modelos explicativos adotados no país: estes seriam, nessa tarefa, referência obrigatória, mas não lograriam responder à situação local. Semelhante desajuste teria por origem a dinâmica do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo; g) no plano propriamente político, se chegou à conclusão de que a burguesia industrial brasileira não estaria disposta – ao contrário do que pensava a esquerda da época seguindo os passos, nessa matéria, do Partido Comunista – a liderar um projeto nacional autônomo nem capitanear a industrialização do país; ao contrário, ela se contentaria em ser uma espécie de “sócia menor da burguesia ocidental e guarda avançada da agricultura”, abdicando desse modo de construir “hegemonia plena” sobre a sociedade; h) o golpe civil-militar imposto ao país em 1964 – que interromperia bruscamente, para desalento de muitos, o processo nacional-desenvolvimentista –, imprimiria outro rumo ao processo de industrialização e de modernização do país por se apoiar em reposição dos arcaísmos e desigualdades brasileiras – e não em sua superação. A reposição decorreria de um “arranjo sociológico-político em cima do qual se processa a inserção do país na economia internacional, e nada mais normal do que elas, portanto, [visto reporem elas] seu travejamento social arcaico”. (Schwarz, 1999b: 101); i) Em decorrência, tal fenômeno acarretaria, ainda segundo visão emanada do seminário, que

“O desenvolvimento dos países subdesenvolvidos não leva ao desenvolvimento senão em aparência, pois, assim como estes repõem seu travejamento social ‘arcaico’, o capitalismo visto no todo e em plena ação modernizante também repõe a situação subdesenvolvida, que nesse sentido faz parte [o subdesenvolvi-

mento] do travejamento arcaico da própria sociedade contemporânea, de cujo desenvolvimento seria então o caso de se duvidar” (Schwarz, 1999b: 101).

j) Por fim, outra conclusão do seminário assumida plenamente por Schwarz é a referente à posição inaudita da classe dominante brasileira que, como nenhuma outra, desfrutaria de formidável margem de manobra para agir e continuar a imprimir sua marca ou vontade na vida social brasileira.

III

Como já salientado, no início da década de 1960 Schwarz se tornou discípulo de Antonio Candido, que em 1959 publicou a importante obra “*Formação da literatura brasileira*” (1975) dando continuidade à referida tendência intelectual inovadora voltada à elaboração de visão aguda sobre os diferentes aspectos da formação nacional. Como no caso dos estudos efetuados no âmbito do “Seminário de Marx”, Candido também partia do pressuposto de que o país apresentava certa peculiaridade, a qual deveria ser esclarecida. Na obra mencionada, analisa a constituição histórica do sistema literário nacional – composto por autores, obras, públicos, editoras, os quais estariam interligados. O sistema literário é assim referido à constituição da própria nação – ao sentimento da nacionalidade – de modo a permitir a identificação da formação da literatura brasileira com a construção e o andamento do próprio processo civilizatório no país. O processo formativo, em sua visão, seria concluído com o aparecimento de obra capaz de assimilar e superar criticamente as insuficiências das obras anteriores, assim como assimilar técnicas literárias pertencentes à literatura ocidental: segundo Candido, este seria o caso da obra de Machado de Assis. O livro descreve as regras desse processo formativo, sendo uma destas a dialética entre o universal e o local; dialética que articularia o processo literário brasileiro ao processo da literatura ocidental – superando, desta maneira, as tentativas anteriores de historiar semelhante formação; tentativas que ou tendiam a desconsiderar o polo da literatura ocidental afirmando ser a literatura produzida no Brasil resultado de processo isolado ou a afirmar ser ela constituída por meras cópias subalternas da literatura da metrópole. Enfim, Candido examinou a formação e desdobramento de uma tradição capaz de implicar formas literárias, gêneros, valores estéticos, circulação de ideias, constitutivas da atmosfera cultural do país; esta tradição seria condição necessária para a transformação cultural e política – além de ser veículo para o conhecimento aprofundado dos vários aspectos do Bra-

sil. Em outros termos: a tradição – que em outros contextos pode ter sinal negativo – seria no campo literário e cultural condição necessária para a geração de novas ideias, inclusive as transformadoras.

Roberto Schwarz assumirá o arcabouço geral da análise efetuada por Candido – assim como assumiu, no desenvolvimento de sua obra, muitas das ideias produzidas coletivamente nos estudos levados a cabo no âmbito do seminário de Marx, conforme já amplamente destacado acima – a ponto de ser considerado continuador da obra do referido crítico, embora filtrada ou reconsiderada a partir do prisma metodológico oferecido pela leitura dos frankfurtianos: o signo maior da filiação acima delineada seria dado por sua opção em estudar a obra de Machado de Assis. Nesta perspectiva, é também de enorme significado a ressonância em sua obra da noção materialista de forma configurada por Candido desde a década de 1960, que, como assinala Schwarz, não dissociaria invenção formal e apreensão histórica – ou, em outros termos, não separaria a faculdade da imaginação daquela referente à apreensão – inserindo-se desse modo em postura próxima à verificada na obra de Adorno e, na mesma medida, distante da adotada na perspectiva estética elaborada por Georg Lukács:

“Tratava-se de explicar como configurações externas, pertencentes ao universo extra-artístico, podiam passar para dentro da obra de fantasia, onde se tornavam forças de estruturação e tinham efeito de conhecimento, pois mostravam então algo que antes não era notável” (Schwarz, 2012a: 48).

Perspectiva que Schwarz assume e desenvolve a ponto de tornar-se uma das linhas de força de sua obra, a qual – no campo estético – pode ser sintetizada como a tentativa de esclarecer ou estabelecer a relação entre forma estética e processo social. Vale ainda notar ser a relação por ele estabelecida com a obra de Candido e com a de Adorno obediente a perspectivas diversas: enquanto a de Candido explicaria ou forneceria o sentido da peculiaridade da experiência brasileira, a de Adorno forneceria uma explicação para a tendência global, ou seja, do capitalismo como um todo – perspectivas que constituiriam as linhas mestras da elaboração da teoria crítica de Schwarz (2012a: p.49)

Antes do esclarecimento mais detalhado da concepção de forma elaborada por Candido, vale destacar alguns aspectos decisivos implicados tanto no trabalho do historiador literário quanto no trabalho coletivo do grupo reunido no Seminário de Marx: tanto um como outro supera, no sentido hegeliano-marxista do termo, a enraizada tradição de se tentar interpretar o país levando em consideração apenas

seu passado histórico – com ênfase no passado colonial –, visto adotarem visão dialética apta a promover explicação dos diferentes momentos ou aspectos do país em conjunção com a cena internacional ou, melhor dizendo, com a dinâmica global do capital. Opção metodológica que, por sua vez, acarretaria ainda outra perspectiva radical e auspiciosa: de fato, pela primeira vez, pesquisadores brasileiros elaborariam concepções ou explicações teóricas capazes não apenas de explicar aspectos da história do país mediante sua relação ou inserção na cena internacional, mas, nesse mesmo movimento, lograr também entendimento do capitalismo como um todo, entendimento este fornecido pelo prisma da situação periférica do Brasil. Nessa perspectiva, é identificada tanto a singularidade da formação histórica do país, que não repete a dos países desenvolvidos – como já mencionado acima – quanto a limitação dos conceitos (ditos) universais das teorias sociais ou literárias estrangeiras, que aqui não funcionariam adequadamente dada a singularidade da experiência histórica brasileira. Como diz Schwarz: “O que há entre as formas sociais da periferia e as do centro é uma relação de discrepância e de complementariedade, capaz de evoluir, mas que não é contingente e nem tende a se dissolver em igualdade”. (2012a :49)

IV

Embora o conceito de forma literária tenha sido objeto de preocupação por parte de Candido desde o início da década de 1960 – conforme aponta Schwarz – é apenas no início da década de 1970, em plena ditadura civil-militar, que semelhante conceito apresentará configuração madura e de longo alcance em dois ensaios seminiais do autor: “*Dialética da malandragem*”³ e “*De cortiço em cortiço*”⁴. No primeiro, Candido examina o romance *Memórias de um sargento de milícias* (1852) de Manoel Antônio de Almeida apontando – contra as concepções e interpretações tradicionais – não ser ele nem “picaresco” nem tampouco “precursor do realismo” por apresentar suposto caráter documentário; contra estas interpretações, defende a tese de que ele se insere em uma linha de força da cultura brasileira, renovando-a: mais especificamente, a da malandragem. Ainda segundo o crítico, não se pode afirmar ser realista o romance apenas porque reproduz dados e acontecimentos da

³ Originalmente publicada em 1970 na *Revista Do Instituto De Estudos Brasileiros*, (8): 67-89.

⁴ Originalmente publicado em 1974, com o título de “A passagem do dois ao três”, na *Revista de História*, São Paulo, 1974, n 100. Posteriormente revisto e republicado com o título *De cortiço em cortiço* (2023),

realidade: semelhante concepção, afeita à crítica de extração naturalista, seria sustentada por visão mecânica acerca do que seria o realismo – encarado como modo de duplicar a realidade. Em contrapartida, segundo o crítico, para se caracterizar o verdadeiro realismo seria necessário investigar qual a função da realidade histórica localizada na constituição da estrutura da obra – ou seja, investigar o processo por Candido chamado de “formalização” ou de “redução estrutural de dados externos à obra”: processo que consistiria em integrar na dinâmica ficcional – na estrutura profunda da obra – os dados ou acontecimentos da realidade, mas de modo a torná-los constitutivos da ação romanesca – caso isso não ocorresse, o romance se tornaria meramente documentário, e não realista.

Além disso, para Candido o romance de Manoel Antonio de Almeida não seria de modo algum documental – ou seja, realista – também por fundamentalmente configurar universo narrativo no qual estariam ausentes tanto personagens oriundos do mundo do trabalho escravo – então predominante no país – quanto pertencentes ao universo dos proprietários. Nesse sentido, o romance seria um dos poucos, “se não o único do século XIX brasileiro”, em que a classe dominante não aparece.

Nessa perspectiva analítica, Candido confere importância à composição literária realçando ser ela, no caso desse romance, apta a tecer nexos vários entre as partes ou ações e, conseqüentemente, a configurar universo no qual os personagens agem de modo particular, sintomático, por continuamente transitarem entre as dimensões do lícito e do ilícito: trata-se, enfim, de um universo marcado

“Por uma desordem vivaz, que antepunha vinte mancebias a cada casamento e mil uniões fortuitas a cada mancebia. Sociedade em que uns poucos livres trabalhavam e os outros flauteavam ao Deus dará, colhendo as sombras do parasitismo, dos expedientes, das munificências, da sorte ou do roubo miúdo”. (Candido, 1970: 82).

O crítico prossegue a caracterização de semelhante universo afirmando

“Ficou o ar de jogo dessa organização bruxuleante fissurada pela anomia, que se traduz na dança dos personagens entre o lícito e o ilícito, sem que possamos dizer afinal o que é um ou o que é outro, porque todos acabam circulando de um para outro com uma naturalidade que lembra o modo de formação das famílias, dos prestígios, das fortunas, das reputações, no Brasil urbano da primeira metade do século XIX” (1970: 82).

Como se pode notar, observação crítica notável por seu teor socialmente agudo – raro no país –, capaz inclusive de enumerar gradualmente o alcance no espaço e no tempo das consequências de semelhante “*organização bruxuleante fissurada pela anomia*”; enfim, a análise é digna de nota por esclarecer aspecto da vida social brasileira até então carente de teorização e explicação adequada; também por revelar o papel social exercido pela literatura no país, que em muitos aspectos suplantaria as deficiências ou limitações do pensamento sociológico local.

Nessa direção, a análise do romance revela – por meio de narração desprovida de qualquer veiculação de juízo moral e, sobretudo, sem expressar uma ótica de classe, conforme já anotou Schwarz (1987c: 132) – o modo de comportamento de segmento considerável da sociedade brasileira, a saber, de homens livres não-proprietários desprovidos de trabalho; conseqüentemente, dependentes – para sobreviver – ou de pequenos expedientes e outras estratégias afins ou da proteção de um proprietário, fato que, por sua vez, propicia a prática do favor. É o caso do personagem central do romance, Leonardo Pataca, cuja vida, regida pela referida condição, implica comportamento oscilante e a prática de seguidas transgressões, de maneira a caracterizar a emergência de figura social até então não identificada pela crítica literária praticada no Brasil, ou seja, o malandro.

O universo tecido pelas transgressões contínuas, com a conseqüente imbricação entre o legal e o ilegal, lícito e ilícito – característico do comportamento social de semelhante segmento ou camada social, conforme acima apontado –, predomina em toda a obra, de tal modo que Cândido identifica nele, por assim dizer, a lei do romance: este seria regido pela “dialética da ordem e da desordem”, conforme a denominação proposta pelo crítico. Avançando um tanto abruptamente o raciocínio, convém já realçar consistir tal dialética, entendida agora como dialética da malandragem, um tipo de suspensão “de conflitos históricos precisos” por meio da adoção de espécie de estratégia sábia e genérica de sobrevivência, não afetada por culpas nem por convicções – caracterizando a formação do “mundo sem culpa”, ainda conforme a nomenclatura do autor: estratégia esta resultante tanto de um “impulso adaptativo” – do processo sociológico de integração à vida social, portanto – quanto de uma dimensão capaz de relativizar o impulso acima nomeado, ou seja, de uma predisposição para postura aberta em relação à vida social presente e futura – que, na perspectiva da classe dominante, seria “encarada como uma inferioridade”, conforme ressalta Schwarz. (1987c: 133).

Em outras palavras, a referida dialética desponta como o princípio organizativo do romance por configurá-lo e por reger sua composição, além de conferir a esta valor propriamente estético ou literário: valor não proveniente de alguma predisposição fotográfica apta a registrar de modo bruto os acontecimentos, portanto. Na perspectiva adotada por Candido a identificação dessa dialética é passo importante na interpretação crítica da obra; entretanto, não suficiente para o propósito do autor: de fato, este requer outro movimento do raciocínio, visto tornar-se necessário indagar por seus fundamentos. Avançando nesta direção, Candido concebe ser esta forma – a dialética da ordem e da desordem – “tanto o esqueleto do romance” quanto “a redução estrutural de um dado social externo à literatura e pertencente a história” (Schwarz, 1987c: 132). Ou seja, a forma da obra seria derivada de algo que a precede, sendo a ela externo: este algo “pertencente a história” não seria, porém, um acontecimento bruto da vida social, mas uma “generalidade”, que teria vigência (também) fora do âmbito da obra. O raciocínio torna-se agora ousado e original: de fato, assimilando certa tradição filosófica derivada do hegelianismo – também do marxismo – Candido parte de pressuposição materialista capaz de conceber a realidade social não como caótica, mas como ordenada, ou seja, informada por determinado princípio organizador.

Ao conceber a dialética da ordem e da desordem como uma “generalidade” – isto é, como algo existente na obra, mas também fora dela – Candido reconhece ser tal dialética “um princípio mediador” pelo qual forma literária e processo social se tocam. Consequentemente, concebe também ser o trabalho formal do artista mediado ou informado por algo que o antecede, cuja existência remete à lógica social, por assim dizer. Enfim, o princípio organizativo da obra – a referida dialética da ordem e da desordem – atuaria também na realidade, conferindo a ela determinada organização, que a composição do romance imita ou mimetiza. Assim concebido, o trabalho formal do escritor seria da ordem da mimese, mas de uma mimese eminentemente ativa. Conforme Schwarz

A forma é considerada como síntese profunda do movimento histórico, em oposição á relativa superficialidade da reprodução documentária. Nesse sentido, note-se que o valor mimético da composição [...] chama uma consideração mais complexa também do real, que não pode estar visado em seus eventos brutos. Uma composição só é imitação se for de algo organizado (1987c: 135).

Com semelhante percurso – como o leitor atento já notou – o crítico literário não apenas esclarece as relações entre forma literária e processo social como tam-

bém elabora novo conceito de forma; além disso, em perspectiva mais ampla, recupera ainda noção cara à tradição da crítica literária dialética : a do “realismo”, que originalmente conheceu formulação densa na estética de Georg Lukacs, da qual em alguma medida a concepção de Candido é tributária – embora este o conceba como dinâmico, em contraposição à concepção estática dele oferecida pela obra lukacsiana. Enfim, para Candido o realismo resultaria da transposição para o universo ficcional do princípio organizativo da realidade social; este organizaria ou regeria os dois universos, constituindo assim um efetivo “princípio de generalização” – para usar os termos do crítico – o qual seria responsável por “conferir inteligibilidade tanto aos dados da ficção quanto aos da realidade”. Ou, para dizer de outra maneira: o realismo seria não a reprodução na obra de dados ou acontecimentos verificados no processo social, mas a reprodução na obra de determinada lógica social ou modo de organização da vida da sociedade.

A fim de finalizar essa parte, cumpre ainda destacar ser a análise efetuada por Candido de amplo alcance por funcionar em dois níveis ou planos: o primeiro se refere à época – segunda metade do século XIX brasileiro, em cenário do Rio de Janeiro –; o segundo se refere ao caráter do país, por assim dizer, visto Candido concluir que, dada a vigência da dialética da ordem e da desordem – isto é, do incessante trânsito entre o lícito e o ilícito experimentado pelos personagens, que configuraria a ausência da rigidez da lei no país – os brasileiros seriam mais abertos não apenas em relação ao outro ou ao diferente, mas sobretudo apresentariam disposição positiva para aceitar novos modos de vida – em contraste com a população de países nos quais a rigidez da lei fosse predominante e em que, conseqüentemente, não haveria nem uma nem outra predisposição – como seria o caso dos EUA, conforme a observação final de Candido – a qual, para Roberto Schwarz, caracterizaria uma ousadia, visto ser a primeira vez que uma análise literária de obra nacional seria capaz ao mesmo tempo de abarcar conseqüentemente obras literárias de outros países. Enfim, representaria passo ousado de análise literária comparativa capaz de identificar, nas obras das diferentes nações, aspectos nacionais diversos inseridos na dinâmica do capitalismo, que – aspecto decisivo – remeteriam tanto ao presente quanto à perspectivas futuras.

V

Roberto Schwarz assume a perspectiva crítica inaugurada por Candido ao escolher como objeto privilegiado de estudo a obra de Machado de Assis, considerada por este como a que concluía o processo de formação da literatura brasileira (como já assinalado acima). Seu objetivo constante seria o de verificar como em tal obra é constituída a relação entre forma e processo social, se for possível falar assim. Ou, em outro registro, como a obra machadiana se articulava (ou não) com o processo social brasileiro, já que boa parte da crítica local acusava Machado de não praticar literatura nacional. Os resultados de sua investigação são apresentados em *Ao vencedor, as batatas* (1977) e em *Machado de Assis: Um mestre na periferia do capitalismo* (1990); também em vários ensaios, dentre os quais cumpre realçar “Complexo, moderno, nacional e negativo” (1987a), “Duas notas sobre Machado de Assis” (1987b) “Conversa sobre duas meninas” (1999d), *A viravolta machadiana* (2012b), *A nota específica* (1999f).

Em *Ao vencedor, as batatas* Schwarz estuda minuciosamente o cenário literário brasileiro – sustentado por sociedade escravagista – imediatamente anterior a 1881, ano da publicação de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, primeiro romance da segunda fase da obra machadiana. Nessa direção, elabora severo estudo dos romances de José de Alencar mostrando seus desacertos ou deficiências, em especial as referidas à situação objetiva e concreta do país. Conforme diz Schwarz: “os desacertos estruturais da ficção de Alencar refletiriam as circunstâncias peculiares do liberalismo em uma sociedade escravocrata e clientelista” (1999e: 221). Ora, relacionar a obra literária com o processo de aclimação do liberalismo no país – em uma sociedade de base escravocrata – não era certamente tarefa fácil nem costumeira por parte da crítica literária, visto exigir do crítico postura metodológica original. Com efeito, exigiria dele arsenal teórico amplo, de natureza interdisciplinar, capaz de dar conta tanto de aspectos inerentes à literatura e ao processo literário quanto à situação objetiva do país, referida à atualidade do momento na cena internacional – em outras palavras, exigiria vasto conhecimento interdisciplinar, notadamente de teorias sociais ou sociológicas, além dos referentes à vida literária. Semelhante exigência teórica ultrapassava em larga medida os conhecimentos requeridos pela crítica literária dominante, além de restringir consideravelmente a possibilidade de se recorrer a algum método já pronto ou sistematizado. Nessa direção, a análise crítica efetuada por Schwarz se insere na perspectiva inaugurada por Candido e, ao mes-

mo tempo, na visão metodológica dialética formulada no âmbito dos estudos sobre Marx (no já exaustivamente mencionado seminário), incluindo a mobilização criativa de suas teses.

A relação entre as obras de Alencar e o liberalismo propiciou também a ocasião para a elaboração de estudo sobre a aclimatação deste à situação local, estudo posteriormente conhecido como “Teoria das ideias fora de lugar”, exposto no capítulo 1 do mencionado livro – teoria que ocasionou debate nacional entre Schwarz e Alfredo Bosi sobre a natureza do liberalismo no Brasil (cf. 1999a; Bosi, 2010). Segundo o autor, “o título causou muito mal-entendido, pois fixou a discussão em um falso problema” (2012d: 165), visto tal teoria almejar questionar por qual razão no Brasil e na América Latina as ideias modernas não parecem corresponder à situação local. Não se trataria assim, como o título sugere, do lugar que as ideias ocupariam, até porque não faz o menor sentido supor que elas pudessem “estar no local certo ou errado e muito menos corrigir sua localização” (2012d: 165). Nessa direção, o problema efetivo do ensaio consistia em tentar responder por quais razões históricas ocorreria uma espécie de inadequação das ideias modernizantes no país. Salvo engano – e para resumir muito esquematicamente a teoria – talvez seja possível afirmar que semelhante inadequação – ou desajuste – resultasse do fato de o país ter alcançado a independência sem alterar seu sistema produtivo, cuja base era a mão de obra escrava; assim sendo, a classe dominante local continuava a procurar sua inserção no cenário mundial mediante a permanência e a intensificação da exploração do trabalho escravo. No entanto, essa mesma classe também professava, como parte de sua identidade, as ideias reconhecidas como modernas – dentre elas as liberais – que, paradoxalmente, tanto rejeitavam quanto buscavam suprimir as formas de trabalho tradicionais relacionadas à colonização e, no caso brasileiro, à escravidão. Em outros termos: a ambiguidade gerava certo mal-estar ideológico, pois enquanto as ideias liberais prometiam um mundo assentado na liberdade individual, efetivamente reinava aqui o trabalho escravo. De fato, a questão parece ter sido exatamente esta: como uma sociedade poderia ao mesmo tempo manter tal base e aspirar a fazer valer as ideias liberais que vigoravam em outro contexto, no qual predominava o trabalho assalariado? O salário, bem ou mal, remunerava o trabalhador e era reconhecido e legalizado pelo acordo social materializado na legislação sobre o assunto, sendo o trabalhador livre para recusar trabalhar, fato evidentemente ausente no país de economia baseada na escravidão – conforme salienta ainda Schwarz. Essa ambiguidade seria, por assim dizer, o defeito na-

cional: diante deste, as ideias liberais teriam aqui que funcionar de algum outro modo, tarefa que a teoria de Schwarz tenta desvendar. Entretanto, diferentemente do que ocorreria na Europa ou nos EUA, o liberalismo brasileiro não descreveria “o curso real das coisas” (Schwarz, 2012d :170) resultando em “comédia ideológica” que, porém, não se referia apenas ao Brasil, mas também ao “conjunto da sociedade contemporânea”.

Grosso modo, a tese central de *Ao vencedor, as batatas* sustenta ser Machado escritor consciente, que teria estudado as obras de Alencar a fim de evitar repetir os mesmos desajustes ou deficiências, coisa que teria logrado na primeira fase de sua produção romanesca, de caráter ainda relacionado ao romantismo, mas para “incurrir em outros desacertos”, o que o teria obrigado também a estudar e rever sua própria produção. Nesse percurso, Machado constataria que ao narrar universo relacionado ao paternalismo dominante no país – fornecedor do tema básico do “*estrago causado pela conduta arbitrária e caprichosa de algum proprietário*” (Schwarz, 1999e: 223) a seus dependentes, os homens livres na ordem escravocrata, que constituíam os agregados – a única possibilidade de vida digna para estes últimos seria a de contar com atitude mais generosa e civilizada por parte dos senhores proprietários:

“A intenção artística dessas obras, todas mais ou menos fracas e edificantes, é de educar sem ofender, aparar as brutalidades inconscientes ou desnecessárias da classe abastada, no quadro geral do clientelismo brasileiro. O que esses livros estão dizendo é que se a gente de posse tratasse os pobres de modo menos bárbaro seria melhor para todo mundo, inclusive para os ricos, já que teríamos uma sociedade mais civilizada” (Schwarz, 1999e: 223).

Seria a mudança dessa perspectiva, com a qual Machado se desilude por concluir não ser possível esperar civilidade no trato com os humildes por parte da camada de proprietários, que possibilitaria o aparecimento dos romances da segunda fase da obra machadiana, os quais, segundo Schwarz, passariam a expressar ponto de vista novo, o do proprietário – enfim, dos de posição dominante no mundo social, o que não deixa de ser inversão surpreendente e de longo alcance.

Em *Um mestre na periferia do capitalismo* – título obviamente calcado na obra de Walter Benjamin *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo* – Schwarz analisa detalhadamente *Memórias póstumas de Brás Cubas*, romance com o qual Machado inaugura sua nova produção romanesca, agora completamente distante do romantismo, além de manifestar pela vez primeira a postura acima nomeada. Em-

bora a referida obra seja de análise literária, orientada pelo ideal de se esclarecer a relação entre forma estética e processo social – seguindo assim o modelo de análise elaborado por Antonio Candido – ela também apresenta um âmbito inusitado, qual seja, o de conter momentos críticos referentes ao processo de modernização conservadora e periférica posta em marcha no país pelo golpe civil-militar de 1964. Como este trabalho não é o local ou meio adequado – dada sua finalidade – para uma exposição crítica e detalhada do livro de Schwarz, coisa que exigiria um texto alentado, torna-se mais viável e produtivo o exame, ainda que resumido, dos principais procedimentos mobilizados pelo crítico no estudo dessa obra machadiana.

Nessa direção, Schwarz começa por analisar o comportamento do narrador, que se revela instável, arbitrário e incoerente o tempo todo, visto mudar de opinião ou de postura no mais das vezes sem motivo aparente, ou seja, por puro capricho. A análise é cerrada e descritiva, constatando ser esse comportamento constante em todo o romance – de modo que o exame acurado dele acaba por configurar e determinar sua regra, por assim dizer. Schwarz denomina semelhante comportamento como “volúvel”. Após essa caracterização do tipo de comportamento do narrador, o crítico observa a intensidade com que este imprime ritmo peculiar à narração, sendo pois sua forma.

Estabelecida a forma do romance, o próximo passo requerido pela lógica da análise seria o exame ou identificação da estrutura da qual o comportamento volúvel do narrador faria parte. Tarefa nada fácil ou evidente, como se pode notar: para tal fim, Schwarz efetua acurada análise do conjunto de relações e interações sociais do narrador, assim como das normas sociais ou das ideias que assume, recusa ou propaga – análise, diga-se de passagem, completamente incomum ou estranha à crítica literária brasileira, ou melhor, praticada apenas por Candido em “Dialética da malandragem”. Nesse quesito, contudo, nota-se também o eco da concepção adoniana sobre o caráter do material com o qual o artista ou o escritor trabalha, o qual teria origem social – espécie de “conteúdo sedimentado”, para usar a expressão do filósofo –, de maneira a constituir a obra como uma espécie de “historiografia inconsciente de nosso tempo”. O exame cerrado da questão permite o desvendamento do perfil histórico e social do narrador-personagem, ou seja, um homem branco pertencente à classe dominante: seu comportamento volúvel revelaria a “dramatização espetacular de uma conduta de classe” (Schwarz, 1999e: 221-2). Semelhante análise mostra ser Machado de Assis o escritor da “desfaçatez das elites brasileiras”, contrariando a visão tradicional sobre sua obra, que afirmava ser ele o escritor do

homem em geral, universal; do mesmo modo, negava ser ele escritor alheio à vida social brasileira, como queria ainda a crítica conservadora ou tradicional. Ao desvelar a situação social do narrador-personagem e seu comportamento típico de grande proprietário brasileiro, Schwarz pode chegar à conclusão de que esta construção literária resultava da mimese – certamente ativa – de um aspecto profundo da lógica social brasileira: nada mais, nada menos, do que a efetiva posição social ocupada pela classe dominante do país, que desfrutava de modo extraordinário de enorme margem de manobra sobre a sociedade brasileira; conclusão, como se pode notar, em tudo análoga à dos estudos levados a cabo no referido seminário de Marx – além de ser um resultado propriamente literário decorrente da aplicação do conceito de forma elaborado por Candido, como já ressaltado acima.

A caracterização crítica do narrador do referido romance – acima esboçada – capaz de desvelar sua condição de classe torna agora compreensível a afirmação feita acima, que se refere à ocorrência de inversão espetacular no ponto de vista da ótica narrativa, que passaria a expressar a visão do grande proprietário pertencente à classe dominante brasileira, em contraposição ao ponto de vista dos humildes assumido nos romances da primeira fase da produção literária machadiana. Nas palavras de Roberto Schwarz:

Em *Memórias póstumas de Brás Cubas* Machado de Assis faz uma coisa incrível: por estratagemata adota o ponto de vista do inimigo, apropria-se dele, transforma em procedimento narrativo de todos os instantes a conduta de classe arbitrária e irresponsável daquele mesmo tipo social que nos livros anteriores lhe causava horror e que ele havia criticado. O que era assunto vira forma [...] Machado trocava a perspectiva social de baixo pela de cima, e adotava, dentro de um espírito de exposição sarcástica, o ponto de vista e a primeira pessoa do singular dos proprietários (Schwarz, 1999e: 223).

Esta forma literária, porém, não teria sido possível sem o recurso às novas técnicas literárias, as quais certamente não se encontravam disponíveis na literatura brasileira. Machado as encontrou no *Tristan Shandy* do autor inglês Laurence Sterne; é dessa obra que procede a veia satírica de longo alcance das *Memórias Póstumas*. Desse modo, a nova forma literária inventada pelo escritor teria tanto um fundamento local – sua virada ideológica, acima identificada – quanto um fundamento externo, isto é, a assimilação das técnicas literárias de caráter satírico do livro de Sterne.

VI

Um mestre na periferia do capitalismo é obra de análise literária sem, contudo, deixar de apresentar dimensão crítica mais ampla ao se referir – ainda que indireta ou alusivamente – ao tipo de progresso esboçado no país após o golpe civil-militar verificado em 1964; de fato, refere-se aos rumos que a modernização brasileira tomou após a interrupção brusca e arbitrária do processo nacional-desenvolvimentista, rumo este orientado por visão conservadora capaz de promover a industrialização sem que esta beneficiasse o conjunto da sociedade: em vez disso, provocaria a intensificação espetacular da exclusão social de modo a instaurar no país gigantesca diferenciação entre os ritmos do progresso econômico e do progresso social – diferenciação que caracterizaria a configuração do “subcapitalismo” aqui instaurado, conforme o conceito originário de uma das obras de Fernando Henrique Cardoso publicada na época do mencionado seminário sobre Marx. Aliás, Schwarz assume no referido livro várias das concepções sociológicas elaboradas no seminário; uma delas seria a interpretação de que o golpe de 1964 seria resultado histórico do modo de inserção do país no mercado mundial – na divisão internacional do trabalho – o qual requereria, por sua vez, a reposição permanente das anomalias e idiossincrasias da estrutura social brasileira: assim considerado, o golpe se inscreveria na lógica global do capital. No ensaio “Agregados antigos e modernos” (2012d), retomando o assunto, afirma ter o embaixador americano Lincon Gordon reconhecido que o golpe de 64 teria sido momento decisivo da Guerra Fria, fato que, na visão de um brasilianista, teria ocasionado a acentuada guinada à direita do país, a qual prenunciaria a era pós-moderna, cujas marcas mais notáveis seriam a promoção tanto de radical despolitização da vida social quanto do processo de administração da pobreza.

Além desse aspecto notável, a obra de Schwarz tece a figura de Machado de Assis como crítico acirrado da atualidade (final do século XIX) por colocar em cena personagens cosmopolitas afinados com a cultura da hora histórica mundial, mas vivendo em sociedade fundada na exploração da mão de obra escrava, a qual lhes sustentava a posição social privilegiada. Nesse sentido, a obra do escritor teria ainda radicalizado a crítica ao revelar a contrapelo como a norma burguesa convive bem com a barbárie – com a escravidão local – embora parecesse a condenar. No entanto, destaca não ter sido esta a recepção predominante da obra de Machado de Assis no país: embora em geral considerado como escritor notável, ele não era

visto como importante no cenário interno, em que teria pouca influência e público leitor restrito. Nessa perspectiva, Schwarz realça como os autores modernistas não gostavam dele, já que o achavam “muito corrosivo, muito cético”, e isso não seria condizente com o otimismo modernista, que sonhava com um país moderno – seja por obra da classe dominante, que solucionaria os problemas do país, como concebia Mário de Andrade, seja por ansiar por postura deglutidora dos valores ocidentais, como preconizava Oswald de Andrade (Schwarz, 1999d: 234)) A data responsável pela mudança na recepção do escritor seria a do golpe de 1964, já que até então a imagem da burguesia era mais ou menos positiva, inclusive graças à visão política sustentada pelo Partido Comunista, que afiançava desejar essa classe conduzir o país para a modernidade industrial, de modo a preconizar uma aliança com ela. No plano cultural, semelhante visão implicaria em valorizar a obra nacionalista de José de Alencar contra Machado, fato que suscitou a ocasião para a eclosão de debate destinado a identificar qual deles seria o maior escritor brasileiro – debate assumido pela esquerda, diga-se de passagem, que tendia até então em valorizar Alencar em detrimento de Machado, como foi o caso de Glauber Rocha, conforme assinala ainda o crítico (Schwarz, 1999d : 235). O golpe de 64, porém, com seu cortejo de horrores, mudaria a visão pública da imagem da burguesia, que passaria a ser vista de modo muito negativo; ora, essa imagem já estaria esboçada na obra machadiana ao concebê-la como “crápula” ou com outros qualificativos do gênero. Após o golpe, Machado despontaria como o escritor acurado, como o crítico agudo do processo social brasileiro. Desse modo, – sustenta ainda Schwarz – o golpe de 1964 encerraria a fase esperançosa referente ao papel histórico da burguesia, ao mesmo tempo em que inauguraria um período cético quanto ao significado histórico de seu papel positivo na modernização do país.

No ensaio “A nota específica” (1999f) Schwarz retoma, para outros fins, uma das principais teses de natureza sociológica de sua obra decorrente da influência dos estudos do seminário: em sua formação histórica, ao não abolir a economia de base escravista ao se tornar independente, o país não apenas reproduzia suas anomalias como passou a depender cada vez mais delas a fim de se inserir na divisão internacional do trabalho; contudo, essas mesmas anomalias seriam requeridas pelo movimento global do capital: uma exigência do capitalismo, fato que, por sua vez, incidiria na exigência de manutenção dos privilégios da classe dominante local, e, conseqüentemente, na permanência da natureza acentuadamente desigual da estrutura social brasileira. Como se pode observar, o argumento constitui um dos

momentos agudos do desenvolvimento do pensamento dialético no Brasil, do qual Schwarz se tornaria um dos principais representantes. A retomada do argumento no referido ensaio se destina a extrair consequências dessa condição do país para a vida literária; no caso, de elaborar critério não arbitrário apto a julgar adequadamente o valor das obras literárias. Nessa perspectiva, sustenta o crítico, as obras importantes ou de valor da literatura ou mesmo da cultura brasileira seriam as que, de um modo ou de outro, deram forma ao problema apontado – ou seja, seriam as capazes de fornecer determinada elaboração das anomalias brasileiras, captando assim a especificidade do país. Em suas palavras: “é a sondagem da experiência específica” [...] a fonte de valor de seus trabalhos” (1999f: 154).

Em vários ensaios posteriores Roberto Schwarz extrai consequências ou perspectivas para a crítica literária brasileira. Em um dos itens do ensaio “Conversa sobre duas meninas” (1999d) intitulado “Um programa para a crítica literária”, seguindo uma tradição inaugurada por Antonio Candido em “Dialética da malandragem”, ele chama a atenção para a necessidade de a crítica literária efetuar análises das relações sociais no interior das obras, até agora tarefa dificultada pelo fato de a sociologia não ter ainda mapeado devidamente semelhantes relações. Para tanto, argumenta que o país apresentaria determinada peculiaridade originária da época colonial – o fato de ter sido colônia com mão de obra escrava – que configuraria aqui um sistema de relações específico, aliás, ainda não esclarecido devidamente pela sociologia. A exploração crítica de tais relações poderia revelar terem elas, transpostas para o interior das obras, “uma potência e estruturante” do ponto de vista estético. No entanto, talvez seja também possível encontrar nessa recomendação um resquício da influência de Adorno, visto estarem as relações sociais inscritas no material herdado socialmente pelo escritor – nele sedimentado, visto ser sua origem sempre social – assim como a linguagem, as técnicas literárias, etc. Schwarz defende semelhante necessidade também por outra razão: a fim de elevar o patamar da crítica literária praticada pela esquerda no país, visto esta – segundo sua ótica – não ter produzido resultados notáveis, apesar de assumir o ponto de vista dos excluídos. Enfim, conclui ser um ganho para a crítica literária a pesquisa sobre as relações sociais configuradas na obra por permitir esclarecer aspecto até hoje não pesquisado no país, qual seja, a posição social da prosa romanesca.

Nesse mesmo movimento crítico e programático, Schwarz também retoma o ataque – constante em sua obra – à lógica cultural imperante em país subdesenvolvido, cuja vida cultural seria permanentemente assolada pela moda intelectual

proveniente dos países culturalmente hegemônicos no cenário mundial, fato que em geral interrompe a reflexão – armada com grande dificuldade – decorrente da acuidade das concepções até então vigentes no país, porém sem que estas fossem desqualificadas pelo esgotamento da capacidade explicativa – sem que fossem “refutadas pela realidade”, para usar as palavras do crítico. Deste modo, a referida lógica cultural impede, a cada nova teoria que chega ao país, a continuação das reflexões anteriores, ao mesmo tempo em que desarma os problemas penosamente equacionados. Nesta direção, crítica a concepção literária acostuada a reconhecer como obras de valor apenas as que trabalham ostensivamente com a linguagem por negar o vínculo entre obra e realidade social, estendendo a crítica à vertente capaz de sustentar serem as relações sociais linguagem; em contrapartida, concebe ser a própria linguagem uma relação social. Critica também, como exemplo da natureza pouco produtiva dos conceitos das teorias literárias ou sociais elaboradas em função de contextos sociais diversos, a obra de Wayne Booth *A retórica da ficção*, que desenvolve a teoria do narrador não confiável (1999d: 233). Segundo Schwarz, semelhante concepção ajuda a entender parcialmente o narrador de Dom Casmurro, por exemplo, mas ao mesmo tempo capta apenas o que é evidente na obra, obscurecendo assim o aspecto fundamental, ou seja, o enraizamento social do narrador em uma determinada configuração social, em determinado conjunto de relações sociais. Em contrapartida, defende postura capaz de verificar a verdade ou não dos conceitos e teorias submetendo-os à verificação histórica – que consiste em confrontá-los com a experiência social brasileira, portanto.

Nos itens finais de “Conversa sobre Duas meninas” (1999d) respectivamente intitulados “Forma objetiva em Duas meninas” e “Comparação com Dom Casmurro”, expõe as razões que o levaram a se interessar por livro ausente do cânone literário nacional, sendo dele quase desconhecido, como seria o caso de *Duas meninas* de Helena Morley (1880-1970), publicado apenas em 1942. Por um lado, valoriza no livro a presença de certa concepção de progresso social e humano, o qual se desenvolveria em momentos de estagnação do progresso econômico, fato responsável por possibilitar a menor presença do dinheiro nas relações sociais, que floresceriam mesmo assim, ou justamente por sua menor importância. Por outro lado, identifica na obra o que denomina de “forma objetiva”, noção corrente – segundo o crítico – “na tradição hegeliano-marxista”; no entanto, nesse caso, também referida à noção de forma elaborada por Antonio Candido, acima examinada (item IV). Semelhante noção indicaria a origem social da forma estética; melhor dizendo,

apontaria ser esta resultante do trabalho imaginativo do escritor sobre determinada forma preexistente, dada pela lógica da realidade social, como já foi acima detalhado. Ela se oporia ao pressuposto básico da teoria literária dominante nos meios acadêmicos nacionais, a qual concebe ser a realidade social desordenada e caótica, informe – concepção que, no final das contas, apresentaria traço fortemente ideológico por glorificar implicitamente a atividade criativa do produtor cultural, dignificado como “artista”, já que imporia à realidade caótica determinada forma – glorificação apta a criar a ocasião para também celebrar os conceitos de “obra prima” e de “gênio”, tão caros à estética tradicional denunciada por Walter Benjamin, que realça serem semelhantes conceitos apropriáveis pelo fascismo. Para insistir ainda nessa questão: reconhecendo exatamente o oposto, ou seja, a de que “o processo objetivo é ele mesmo formado”, a noção de “forma objetiva” contempla determinada relação entre a obra e a realidade social, ou, nos termos do autor, entre a forma estética e o processo social; relação esta que requer tanto a forma socialmente preexistente quanto a atividade imaginativa do escritor, visto este mimetizar ativamente a ordenação da realidade de modo a criar universo próprio regido pela mesma lógica que vigoraria na realidade extra-estética.

Duas meninas não é um romance, mas um diário sem aparente elaboração literária, aspecto que impediria seu reconhecimento como obra de valor estético por parte da teoria literária tradicional. De fato, não ostenta o brilho de forma polida ou meticulosamente trabalhada; em contrapartida, segundo Schwarz, apresentaria “esplêndida arquitetura dentro de uma absoluta modéstia” (1999d: 237). Em outros termos: sua arquitetura se mostraria na relação não intencional, não deliberada, entre as matérias narradas ou entre os comentários e anedotas, que teriam “organização notável” e “relações profundas”. Nessa perspectiva, a obra exigiria ser lida como se fosse grande romance: exigiria do leitor a mesma leitura ativa requerida pela literatura contemporânea, ou seja, capaz de desvendar “nexos estruturais da matéria, que são também formas que não foram trazidas à superfície, não elaboradas e, sobretudo, não glosadas” (1999d : 237) ; leitura que, por sua vez, seria afeita a obras “que buscam o inconformismo” – traço que muito provavelmente remete à presença da concepção adorniana de forma literária ou mesmo da noção de obra autônoma. Enfim, a leitura que Schwarz faz de *Duas meninas* exploraria o detalhe e o movimento da prosa de maneira alusiva ao presente, leitura esta certamente informada pela tradição frankfurtiana. Em defesa do livro, sobretudo da superioridade do modelo de crítica literária proposta originalmente por Antonio

Candido, conclui ser este “o ângulo que interessa a quem tem a convicção de que a elaboração artística de fato tem relevância” (1999d: 236)

O ensaio acima mencionado é concluído com comparação entre Dom Casmurro – obra considerada pelo crítico como provavelmente o melhor romance brasileiro – e *Dois meninas* de Helena Morley; comparação que serve tanto para destacar a acuidade e abrangência do tipo de crítica sustentada pela noção de “forma objetiva” (como já salientado), quanto para destacar terem as referidas obras literárias importância maior devido ao tratamento conferido “ao sistema de relações sociais, pontos de vista, registros de dicção, etc., que foi engendrado pela história do país” (1999d: 238); ou, em termos adornianos: pela presença concentrada de diversos aspectos da história social em seu material. Explicando melhor: forma objetiva remeteria assim ao que Schwarz denomina de “matéria brasileira” – a qual constituiria a “forma preexistente” que possibilitaria o trabalho formal e mimético (entendido de modo ativo) do escritor.

Quais as implicações e alcances de semelhante concepção? Em primeiro lugar, esta poderia alentar vasto programa de estudos, pois em tese poderia ser aplicada a quase todas as obras da literatura brasileira; programa apto a esclarecer não apenas as obras que contam verdadeiramente, mas também resultar em ganhos cognitivos tanto sobre o processo literário quanto sobre o processo social brasileiro ou, ainda, sobre aspectos singulares do país. Em segundo lugar – mas não menos importante – este tipo de análise implica também, como ficou claro desde os estudos ocorridos durante o Seminário de Marx, a necessidade metodológica de relacionar ou interpretar constantemente a situação particular do país com a dinâmica do capitalismo internacional, já que deste o Brasil faz parte e nele está inserido, para o bem ou para o mal. Nesta confrontação, não apenas se lança luz nova sobre o país, mas também se esclarece novos aspectos do funcionamento do capitalismo, globalmente considerado. Se a periferia é resultado do movimento global deste, o esclarecimento da periferia também produz novo entendimento sobre sua natureza ou dinâmica – e isto não é certamente pouco, ao contrário. Nesse sentido, a concepção teórica desenvolvida por Roberto Schwarz não se restringe a elaboração de (mais) uma teoria literária ou a anotações sobre o processo da vida cultural brasileira; ao contrário, tomando estes aspectos como matéria que pede interpretação e mobilizando para tal fim agudo material teórico de diversas procedências, elabora radical concepção teórica e crítica – que de fato contribui para o avanço e a atualização da teoria crítica da sociedade.

VII

A teoria crítica de Roberto Schwarz comporta ainda, como já deve ter ficado claro, dimensão propriamente sociológica voltada à interpretação do nexos entre a peculiaridade da sociedade brasileira e o movimento do capitalismo, considerado como um todo; dimensão esta informada por refinada análise dialética e desenvolvida em várias de suas obras, como é o caso do ensaio “Fim de século” (1999h) ou de “Agregados antigos e modernos” (2012d), entre outros. No primeiro – que teria inspirado a pesquisa de Francisco de Oliveira sobre os rumos do Brasil contemporâneo explicitada no livro *O Ornitórrinco* (2003) – Schwarz retoma um aspecto da reflexão crítica que atravessa sua obra, qual seja, a referida sobre o período compreendido entre o início da década de 1950 e 1964 – período marcado pela configuração de um projeto original de desenvolvimento do país, conhecido como nacional-desenvolvimentismo. Segundo o crítico, semelhante projeto teria almejado promover a transformação do Brasil mediante a consolidação de acentuado programa de industrialização, o qual deveria alterar a inserção tradicional do país no cenário internacional: a nova inserção colocaria o Brasil em patamar análogo ao do desfrutado pelos países então industrializados, vulgarmente chamados de “desenvolvidos”. Com a industrialização, almejava-se construir nação moderna e integrada, com classe operária similar a dos já industrializados, com direitos e cidadania plena, além de acesso aos bens de consumo modernos e, o que seria decisivo, com capacidade de escolher alternativas futuras, entre outras conquistas. O nacional-desenvolvimentismo também teria impulsionado de modo espetacular a produção cultural da época, dotando-a de extrema vitalidade e poder crítico; melhor dizendo, teria reorganizado o espaço do imaginário e do pensamento crítico e estimulado a elaboração de projeto cultural nacional coletivo capaz de assumir a perspectiva dos oprimidos, de ser nacionalmente válido e de aspirar a criação de uma cultura moderna “equiparada aos dos países ditos civilizados”. Nesse movimento em que o país se “desapequenava intelectual e culturalmente” ganharam fôlego as produções de obras como as de Glauber Rocha, além do próprio cinema-novo, a produção musical local, o teatro de Arena e o Oficina – ambos na cidade de São Paulo – além da Teoria da Dependência e da obra de Celso Furtado, que conheceram então grande prestígio internacional.

O golpe civil-militar imposto ao país em 1964 viria a interromper bruscamente a vigência de semelhante projeto desenvolvimentista; interrupção que, entre outros vários impactos negativos, ocasionou no terreno cultural enorme perda de dinamismo e de vitalidade, além de impor acentuado processo de “dessolidarização social”, cujo resultado mais ou menos imediato foi a perda da capacidade de a cultura se referir à nação ou de assumir a perspectiva dos excluídos ou oprimidos. Obviamente, algumas obras ainda puderam – ou podem – manifestar o referido ponto de vista, mas estas serão ocasionais e inseridas no mercado, oferecidas ao rosto anônimo do consumidor cultural entre tantas outras de diferentes tipos. Nesse sentido, elas também perderiam seu ímpeto mobilizador e tampouco expressariam o movimento efetivo da sociedade, embora possam ser significativas. Entretanto, convém realçar que o engajamento artístico e intelectual desenvolvimentista gerou, apesar das ilusões, resultados significativos no processo cultural: por exemplo, o processo cultural integrado ocorrido entre 1960 e 1968, que conheceu grande efervescência ideológica e agitação política, teria também resultado de “novas alianças e simpatias de classe”, as quais “operavam transfusões de experiência social, além de combinações novas de forma e conteúdo” (Schwarz, 1999i: 174). Em outras palavras: para o crítico, boa parte da qualidade da produção cultural da época foi devida a “rompimentos de barreiras de classes” (idem: 174).

O fim do nacional-desenvolvimentismo, além de impactar negativamente na vida cultural, iniciou também um processo de desagregação social que se tornaria mais acentuado após o encerramento definitivo do projeto nacional-desenvolvimentista verificado na década de 1970, já que este havia sido retomado – embora apropriado e adequado à ideologia conservadora – por uma ala dos militares golpistas. Semelhante fim teria sido determinado pelas mudanças verificadas então no cenário internacional – conforme apontado por Robert Kurz (1991) – que teria envolvido no “colapso da modernização” a economia dos países de industrialização retardatária, que, na condição de “países pós-catastróficos”, não teriam mais condições de dar continuidade ao processo de industrialização por falta de dinheiro, de acumulação, no momento mesmo em que a tecnologia passava a ter no cenário da divisão internacional do trabalho papel enormemente preponderante. Nesse processo de desagregação geral⁵ chegam ao fim as ilusões mobilizadas pelo nacio-

⁵ Interessante observar que em 1976 é publicado o romance *Quatro-Olhos*, de Renato Pompeu, obra que pode ser lida em dois níveis: no primeiro, narra-se a dilaceração do narrador, que quer recuperar a identidade perdida e o que ele próprio outrora foi; no segundo, trata-se da própria dilace-

nal-desenvolvimentismo, dando lugar à consciência de que ele nem acarretou efetivo desenvolvimento real nem foi puramente nacional. Que o diga a população originalmente agrária subitamente arrancada da vida agrícola para compor a nova classe operária nas cidades que, de repente, se viu lançada no meio de um turbilhão caótico e desagregador sem perspectivas, sem emprego, sem salário, constituindo a nova massa de “sujeitos monetários sem dinheiro” – conforme a expressão cunhada por Robert Kurz e assumida por Schwarz – disponível para toda sorte de criminalidade ou de manipulação e fanatismos, como se verificou a partir de 2018.

A esse cenário iniciado com o fim do nacional desenvolvimentismo Roberto Schwarz chama de período essencialmente moderno, novo, cuja dinâmica seria dada pela desintegração nacional, que, no entanto, não é apenas questão brasileira ou nacional, pois atinge igualmente os países chamados originalmente por Robert Kurz de “pós-catastróficos”. O raciocínio de Schwarz é aqui altamente dialético e devastador: ele concebe ser esta desintegração parte de nova lógica global, que, no entanto, seria – nos países periféricos – o reverso da lógica global do capital, a qual, por sua vez, seria cada vez mais unificada. Para dizer de outro modo e para realçar a argúcia do raciocínio – ou diagnóstico: a lógica unificada do capital no plano internacional, que comanda a modernização global, é examinada no modo-padrão com que atinge os países pós-catastróficos; estes passariam a experimentar irrefreável processo de desintegração conhecendo, como resultado, inserção internacional instável. Como se pode notar, a análise continua sendo sofisticadamente dialética ao interpretar o país em relação ao cenário internacional e, no mesmo movimento, configurar como este determina alternativas ou fechamentos para o país em questão. Schwarz chama a esse novo período marcado pela desintegração de “fim de século”.

Nessa perspectiva, quais seriam os prognósticos possíveis para a sociedade brasileira, agora marcada pelo predomínio de semelhante lógica? Para Schwarz, o risco maior será o de repetir, em escala gigantesca, o massacre – ou genocídio? – verificado no país por ocasião da abolição (1888), quando a classe dominante abandonou à própria sorte os negros sem criar mecanismo algum que objetivasse sua integração à sociedade ou que pudesse amenizar o infortúnio dos ex-escravos. De modo análogo, os ex-futuros operários, transformados em “sujeitos monetários sem di-

ração experimentada pelo país após o truncamento do processo nacional-desenvolvimentista e a impossibilidade – apesar das tentativas infrutíferas – da recuperação do que foi: modo de aludir ao processo revolucionário então bloqueado.

nheiro” formariam hoje a massa de empobrecidos, que nem mesmo tem a perspectiva do emprego “até como mão de obra gratuita”. Diante de semelhante cenário, ou melhor, diante de tal resultado histórico, cabe perguntar – como faz o autor: tivemos desenvolvimento? A modernização global nos empurra para que fatia da modernização? Esta mesma, a da desintegração? A condição mesma de país pós-catastrófico sem perspectivas? Nesse cenário, o que ocorrerá com a vida e a produção cultural? Resta um simulacro de cultura nacional apta a alardear para o mercado global de bens simbólicos uma presumida identidade nacional a fim de permitir nele a inserção da produção cultural do país?

Para encerrar esse tópico, convém lembrar quais obras – na perspectiva de Schwarz – souberam, em sua estrutura formal, responder à nova lógica da desintegração social que opera em larga escala. Para o crítico, mereceriam destaque algumas delas: no romance, Paulo Lins com *Cidade de Deus* (1997), que teria o mérito de captar a transformação profunda da sociedade a partir do universo de uma favela, que não mais teria a vida interna regida por lógicas de solidariedade ou outros meios tradicionais, mas por processo novo marcado pela criminalidade, pelo narcotráfico e por inusitado grau de violência, a ponto de ser possível afirmar que o referido romance capta a transformação da favela em pós-favela. Confere também enorme importância a *Estorvo* de Chico Buarque (1991), romance em que o narrador-personagem, cuja origem social não sabemos bem, empreende uma fuga contínua (do que? para onde?) que aos poucos o conduz à radical marginalidade e completo desamparo social. Nesse itinerário, ele adquire aspecto repulsivo, com roupas rasgadas e sujas, a pele ferida e encardida, os cabelos em completo desalinho – embora pareça não se dar conta disso. Por essa razão, ao se dirigir na rua a presumível conhecido, recebe uma facada. Mesmo ferido, sobe em um ônibus pensando onde poderia se refugiar, embora não tivesse concretamente nenhum lugar especial ou seguro em que pudesse fazer isso. A substância forte do romance de Chico seria assim a metáfora precisa da situação do Brasil: sujo, repulsivo, a caminho da marginalidade e da miséria, sem perspectiva alguma. Como comprovação, bastaria notar que tudo e todos os ambientes sociais parecem regido pela mesma lógica da degradação e da perda de consistência, o que leva Roberto a fazer um resumo histórico sobre o assunto dizendo: “depois dos tempos em que a pobreza ignorante seria educada pela elite, e de outros tempos em que os malfeitores dos ricos seriam sanados pela pureza popular, chegamos agora a um atoleiro de que ninguém quer sair e no qual todos se dão mal” (1999g: 180). No cinema, teria enorme importância o

filme de Sérgio Bianchi “Cronicamente inviável” (2000), que, segundo Schwarz, em vez de narrar ou configurar aspectos de luta de classes, foca a realidade social degradada, na qual os dois polos da cena social – a burguesia e os trabalhadores – haviam “virado lumpem” e se “mereciam mutuamente”: a burguesia descontente, insegura, invejosa, querendo morar fora do país; os trabalhadores desarticulados e sem emprego, rendidos pelo imaginário burguês. A visão seria inédita no Brasil por romper com imagens sociais solidificadas, já que até então se confiava socialmente tanto na pureza popular quanto na missão tutelar da burguesia, enfatiza ainda Schwarz no ensaio “Agregados antigos e modernos” (2012e: 180/181).

PARA (NÃO) CONCLUIR

Para encerrar provisoriamente essa apresentação – que, por sua natureza, dispensaria a conclusão – convém destacar a importância da teoria crítica elaborada por Roberto Schwarz, ainda que correndo o risco de alguma redundância. No plano interno, sua concepção assimila – desenvolvendo de modo criativo e original – as principais linhas de força da produção intelectual brasileira posteriores a 1950 (Cf. itens II e III) de modo a contribuir exponencialmente com a formação de um tipo de pensamento crítico radical no país, hoje quase em extinção; ao mesmo tempo introduziu pioneiramente a obra de Adorno e de Walter Benjamin na vida intelectual brasileira, fato que favoreceu enormemente o estabelecimento local de uma tradição de estudos dialéticos. Elaborou também ensaios de alta densidade dialética que muito contribuíram para desprovincianizar o pensamento crítico local elevando-o a patamar superior: aliás, seguramente Schwarz é um dos mais eminentes representantes contemporâneos tanto no Brasil quanto no exterior desta sorte de análise. Sua recepção da obra adorniana não resultou – conforme já assinalado – de mero capricho pessoal ou do “acaso da atualização bibliográfica”: ela ocorreu porque, para ele, a concepção dialética do filósofo alemão de alguma maneira ajudava a responder ou a iluminar – devido a certas “afinidades eletivas” – as questões ou os vários aspectos suscitados pelo projeto nacional-desenvolvimentista, a cujas aspirações e perspectivas a obra de Schwarz repercutiu em larga medida. Esta iluminação, contudo, não brotou da mera aplicação das concepções adornianas à experiência social brasileira visto que, com frequência, a experiência da especificidade local mostrou os limites dos conceitos elaborados pelo filósofo alemão, exigindo interpretações novas ou originais.

Sua análise da obra de Machado de Assis não tem similar no país: mobilizando um pensamento dialético original, cunhado tanto pela assimilação crítica da revisão da dialética verificada em todo os lugares após 1950 – incluindo a praticada no âmbito do Seminário de Marx ou na obra de Candido sobre a formação da literatura brasileira – quanto pela adesão refletida ao universo da dialética negativa delineada por Adorno, situa a obra de Machado de modo inusitado – plantada no terreno das desigualdades internacionais, para dizer com precisão. Para situar melhor o significado dessa empreitada: por meio da mobilização de visão dialética que busca juntar o que a realidade teima em separar – procedimento original de longo alcance – Schwarz confronta incessantemente a cena nacional – suscitada pelo romance brasileiro – com a internacional. Semelhante confronto destaca a especificidade do país, a qual desponta como implicando determinado conjunto de anomalias – vistas do ângulo dos países hegemônicos – originárias, por assim dizer, da refuncionalização moderna, propriamente pós-colonial, da herança colonial; especificidade que nada tem de exótica ou arcaica, já que determinada pelo movimento presente do capital globalmente encarado.

A visão dialética, nesse caso, ilumina tanto as forças internas de sustentação da cena local – configuradas de modo a reproduzir os privilégios ou prerrogativas desfrutadas pelos proprietários – quanto as referentes ao plano externo, já que estas, por necessidade da lógica internacional do capital, exigia o apoio da condição dos proprietários locais. Consequentemente, em semelhante análise – propriamente dialética, como se vê – o proprietário brasileiro – quem diria – desponta como “sócio do condomínio pós-colonial”: desponta também como participante ativo do vasto sistema de dominação internacionalmente engendrado pela lógica do capital ou, se se quiser, pelo imperialismo. Visão com amplas consequências, além de esclarecer a articulação detalhada entre os países metropolitanos e as ex-colônias, ou, em termos atuais, entre os periféricos e os hegemônicos. A análise, assim configurada, tanto esclarece a condição do país periférico – fazendo ver suas diferenças em relação ao padrão dito civilizado, europeu, relacionado com as antigas metrópoles – quanto ilumina também a condição destes, que despontam então de modo questionável, já que participantes ativos do mecanismo gerador da condição objetiva das ex-colônias. Nesse sentido, o referido confronto tanto estabelece a crítica radical do país periférico (ou ex-colônia) quanto a crítica dos países ditos civilizados, que aparecem então por meio de ótica desabonadora: nessa perspectiva, também os valores e noções provenientes dessa sorte de país aparecem então como contra-

ditórias, como não cumprindo o que alardeiam – caso da ideia de progresso ou mesmo de desenvolvimento, entre tantas outras. A análise efetuada por Schwarz desemboca pois em uma teoria crítica do capitalismo como um todo: uma teoria crítica em ação, portanto. Sua capacidade explicativa é ampla, de contundente atualidade.

Além disso, mas não menos importante, é o modo como se apropria da concepção de forma literária originalmente cunhada por Antonio Candido: radicalizando-a, dela extrai consequências notáveis e de vastas implicações – inclusive reformulando a noção de realismo cara à tradição estética do marxismo. De sua obra também resulta visão questionadora da tradição da crítica literária, em especial a brasileira, que desemboca na elaboração de vasto programa de renovação dos estudos literários no país. Estudos que, suprindo a insuficiência do pensamento sociológico local, deveriam examinar as relações sociais implícitas em cada obra, coisa até então aqui não levada a cabo. Enfim, com estudos dessa ordem Schwarz pretenderia desvendar aspectos do país até hoje obscuros: esclarecer a posição social da prosa de cada romance para tanto muito contribuiria, por exemplo.

Sua obra também empreende crítica severa do subdesenvolvimento, entendido como produzido pela própria dinâmica do capitalismo – aspecto que o coloca parcialmente em terreno próximo à Teoria da Dependência, que conheceu formidável prestígio nas décadas de 1960 e 70. Ao mesmo tempo, aspirou à transformação do país em nação moderna, com vigência plena de direitos e de cidadania, inserida na ordem capitalista em patamar semelhante ao dos países desenvolvidos – aspiração hoje arruinada, dada sua análise da vigência de nova lógica global unificada promotora da desintegração nas regiões periféricas ou “pós-catastróficas”. A teoria crítica de Roberto Schwarz não arrefeceu: continua a oferecer interpretação radical do presente global.

REFERÊNCIAS

- BOSI, Alfredo (1970): *Ideologia e contra-ideologia*. São Paulo, Companhia das Letras.
- CANDIDO, Antonio (1970): “Dialética da malandragem”, *Revista Do Instituto De Estudos Brasileiros* 8, São Paulo: 67-89.
- CANDIDO, Antonio (1975): *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*, 5ª edição, Belo Horizonte: Ed Itatiaia, São Paulo, Ed Universidade de São Paulo.
- CANDIDO, Antonio (2023): “De cortiço em cortiço”, *O discurso e a cidade*. São Paulo: Editora Todavia.
- BUARQUE, Francisco (1990): *Estorvo*. São Paulo: Ed Companhia das Letras.

- BIANCHI, Sérgio (2000): *Cronicamente inviável*. (filme).
- FRANCO, Renato & CARVALHO, Debora C. (2021): “Teoria crítica e neoliberalismo no Brasil”, *Constelaciones. Revista de Teoria Crítica*, Vol. 13: 261-285.
- SCHWARZ, Roberto (1977): *Ao vencedor, as batatas*. São Paulo, Ed Livraria Duas Cidades.
- SCHWARZ, Roberto (1987a): “Complexo, moderno, nacional e negativo”, in *Que horas são?* São Paulo, Companhia das letras.
- SCHWARZ, Roberto (1987b): “Duas notas sobre Machado de Assis”, in: *Que horas são?* São Paulo, Companhia das Letras.
- SCHWARZ, Roberto (1987c): “Pressupostos, salvo engano, da dialética da malandragem”, in *Sequências brasileiras*, São Paulo, Companhia das Letras.
- SCHWARZ, Roberto (1990): *Machado de Assis: um mestre na periferia do capitalismo*. São Paulo, Ed Livraria Duas Cidades.
- SCHWARZ, Roberto (1999b): “Um seminário de Marx”, in: *Sequências brasileiras*, São Paulo, Companhia das Letras.
- SCHWARZ, Roberto (1999d): “Conversa sobre duas meninas”, in *Sequências brasileiras*, São Paulo, Companhia das Letras.
- SCHWARZ, Roberto (1999e): “Um mestre na periferia do capitalismo”- Entrevista, in *Sequências brasileiras*, São Paulo, Companhia das Letras.
- SCHWARZ, Roberto (1999f): “A nota específica”, in *Sequências brasileiras*, São Paulo, Companhia das Letras.
- SCHWARZ, Roberto (1999g): “Um romance de Chico Buarque”, in *Sequências brasileiras*, São Paulo, Companhia das Letras.
- SCHWARZ, Roberto (1999h): “Fim de século”, in *Sequências brasileiras*, São Paulo, Companhia das Letras.
- SCHWARZ, Roberto (1999i): “Nunca fomos tão engajados”, in *Sequências brasileiras*, São Paulo, Companhia das Letras.
- SCHWARZ, Roberto (2012a): “Sobre Adorno” - Entrevista, in *Martinha versus Lucrecia*. São Paulo, Companhia das Letras.
- SCHWARZ, Roberto (2012b): “A viravolta machadiana”, in *Martinha versus Lucrecia*. São Paulo, Companhia das Letras.
- SCHWARZ, Roberto (2012c) “Na periferia do capitalismo”, in *Martinha versus Lucrecia*. São Paulo, Companhia das Letras.
- SCHWARZ, Roberto (2012e): “Agregados antigos e modernos”, in *Martinha versus Lucrecia*. São Paulo, Companhia das Letras.
- SCHWARZ, Roberto (2012d): “Por que ideias fora do lugar?”, in *Martinha versus Lucrecia*. São Paulo, Companhia das Letras.
- KURZ, Robert. *O colapso da modernização. Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro, ed Paz e Terra, 1991.